COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 767, DE 2011

Obriga a inscrição de mensagem nos rótulos dos alimentos ofertados ao consumidor alertando sobre a existência de ingredientes suínos.

Autor: Deputado LINCOLN PORTELA

Relator: Deputado VALDIR COLATTO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 767, de 2011, do deputado Lincoln Portela, propõe a obrigatoriedade da mensagem “Contém ingrediente suíno” nos rótulos dos alimentos que contenham este produto.

Em sua justificação, argumenta que ao se facilitar a identificação garantir-se-á a preservação da saúde das pessoas com intolerância aos produtos de origem suína, ao mesmo tempo em que serão assegurados os direitos daqueles que têm restrição ao seu consumo por motivo religioso.

A matéria foi inicialmente distribuída às Comissões de Defesa do Consumidor e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54, RICD). Deferindo Requerimento de Redistribuição, o Ex^{mo}. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados exarou novo despacho, incluindo esta Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural entre aquelas que devam deliberar sobre a matéria, em ordem cronologicamente anterior às outras duas.

Não foram apresentadas emendas ao Projeto nesta Comissão, nem na Comissão de Defesa do Consumidor, onde também se abriu prazo para esse fim, anteriormente ao despacho de redistribuição.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Ainda que o autor queira demonstrar que sua proposição não represente uma discriminação à carne suína, não podemos concordar com a inscrição proeminente, no rótulo do alimento embalado, destacando o fato de que o mesmo contém produto de origem suína. Essa informação, destacada em forma de alerta, poderá parecer ao consumidor que a carne suína é prejudicial à sua saúde, o que nos parece uma distinção deletéria e injustificada desse alimento tão nutritivo e tradicional na mesa do brasileiro.

É do conhecimento de todos que a legislação brasileira determina que os alimentos embalados apresentem em seus rótulos a listagem de seus ingredientes. A Resolução de Diretoria Colegiada da Anvisa nº 259, de 20 de setembro de 2002, define os procedimentos a serem observados. Certamente a presença de produtos suínos na composição do alimento lá estará inscrito, juntamente com todos os outros ingredientes, sejam estes naturais ou artificiais.

O argumento de que o alerta é importante para as pessoas com intolerância aos produtos suínos não nos parece plausível. Hipoteticamente todos os alimentos podem causar algum grau de intolerância às pessoas. Sabemos, entretanto, que as carnes em geral e as de origem suína, em particular, não apresentam maior frequência que outros alimentos.

A questão religiosa também não nos parece razoável. A parcela da população brasileira que não consome carne suína por esse motivo é ínfima; talvez podemos contá-la na ordem de alguns milhares de cidadãos. E mesmo a estes, a informação já está disponível na listagem de ingredientes dos alimentos embalados, anteriormente referida. O possível estrago na imagem de um produto tão importante para milhões de brasileiros, sejam eles

consumidores, criadores de suínos ou de outra forma participantes da cadeia produtiva da carne suína, não nos permite aceitar tal argumento.

Diante do exposto, voto pela rejeição do PL nº 767, de 2011.

Sala da Comissão, em de de 2011.

Deputado VALDIR COLATTO
Relator